

EDITAL DE INSCRIÇÃO ( RESUMO EXPANDIDO) - PROGRAMA DE PÓS  
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EDUCAÇÃO

**A INCLUSÃO ESCOLAR DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA  
INTELECTUAL SEVERA DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I, A  
FAMÍLIA E O GESTOR ESCOLAR – UM TRINÔMIO QUASE PERFEITO**

*Kleber Natal De Souza (natal.souzak@gmail.com)*

*Leandro Correa Bologna (lebologna@msn.com)*

*Tacila Pereira (tacilanf@gmail.com)*

*Luciane Duarte Da Silva (luduarte.2709@gmail.com)*

*Luzia Cecilia Da Costa Julidori (luziajulidori@hotmail.com)*

*Jessica Nascimento Novais (jnumesp@gmail.com)*

*Andreia Ribeiro (andreia75rb@gmail.com)*

*Cida Souza (cida300377@gmail.com)*

*Sibele Aparecida Bucchi Pereira (sibele.bucchi@gmail.com)*

Quando falamos de educação inclusiva no Brasil, estamos diante de um paradoxo. Por um lado, temos leis avançadas e discursos que não condizem com a realidade das escolas onde crianças com deficiência intelectual severa muitas vezes não recebem a devida atenção. Esta pesquisa fara por ouvir justamente quem vive esse desafio no dia a dia: os professores que tentam ensinar o conteúdo histórico, os gestores que administram escolas por

indicação política e as famílias que por muitas vezes não tem conhecimento dos deveres e direito de seus filhos.

Mesmo com a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) também conhecida como Constituição Cidadã, é a lei fundamental do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Ela estabeleceu um Estado democrático, garantindo direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça. A Constituição de 1988 foi um marco após o fim da ditadura militar, trazendo avanços como a reintrodução do voto direto e secreto, a garantia de direitos trabalhistas e a proteção do meio ambiente logo depois tivemos a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) que estabeleceu parâmetros importantes, é um documento importante sobre educação inclusiva, resultado de uma conferência da UNESCO em 1994. Ela defende que todas as crianças, com ou sem deficiência, têm o direito de estudar juntas em escolas regulares. A declaração propõe uma mudança na forma como a educação especial é vista, enfatizando que as escolas devem se adaptar às necessidades de todos os alunos, em vez de exigir que os alunos se adaptem à escola mas sua implementação esbarra em realidades diversas. E a Lei Brasileira de Inclusão de 2015 (Brasil, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é a Lei nº 13.146/2015. Promulgada em 6 de julho de 2015, visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, buscando sua inclusão social e cidadania. Todas essas leis determinaram mudanças, mas na prática o que mudou para os estudantes com deficiência intelectual severa. O livro de Mazzotta, "Educação especial na perspectiva da inclusão escolar" (2003), aborda a questão da inclusão escolar e as dificuldades em sua implementação. A frase "a inclusão muitas vezes fica só no nome" reflete a crítica de que, embora a inclusão seja um conceito amplamente aceito e defendido, na prática, muitas vezes não há mudanças significativas na escola para atender às necessidades de todos os alunos.

Na sala de aula não somente o excesso de alunos atrapalha o desenvolvimento dos alunos, mas também professores com uma má formação acadêmica e, principalmente o próprio governo que tem o sistema sucateado tentando empurrar formações continuadas que não condizem para tentar resolver o problema gerado pela precariedade e má formação de profissionais da educação nas atuais universidades. Os professores se sentem abandonados, para lidar com casos complexos mas também não tentam buscar soluções dentro desse neoliberalismo para melhorar suas condições,

gestores escolares muitas vezes apenas observam os problemas sem gerar soluções por medo de perda de cargos ou represarias de seu governo do ano vigente, já as famílias muitas vezes jogam a culpa na escola e nas políticas públicas pelo fracasso de seus filhos, não querendo reconhecer que o problema são eles que não buscam por intervenções adequadas para os mesmos.

Como bem lembra Freitas (2017), incluir não é só colocar o aluno na sala de aula é garantir que ele aprenda, se desenvolva. Enquanto nossas Políticas Públicas não agirem corretamente, continuaremos discutindo sobre inclusão só no papel, enquanto na vida real deixamos milhares de crianças tanto os deficientes quanto os menos favorecidos para trás.

A metáfora do "Trinômio Quase Perfeito" revela como professor, gestor e família, que deveriam formar uma equipe coesa, frequentemente atuam de forma desconectada. Os professores, heróis do dia a dia confessam sentir-se desamparados. "Como ensinar conteúdos complexos sem formação específica?", mas será que esse professor que é tido como herói tendo acesso a uma formação específica resolveria ou sanaria essa questão para que um aluno com deficiência intelectual severa apreender o conteúdo historicamente desenvolvido produzido pela ciência, pelas artes e pela filosofia. Os gestores, por sua vez, podem até reconhecer as falhas, mas dificilmente iram reconhecer que esta falha está interligada a uma péssima gestão pública já que seus cargos como gestores em muitos casos são conquistados através de indicações políticas. Já as famílias vivem entre a esperança de ver seus filhos aprendendo e a frustração com um sistema que parece não enxergar suas necessidades mas será que todas devem ser tratadas como vítimas de políticas mal geradas ou podem ser responsabilizadas também por não se posicionar e ir em busca de melhorias para seus filhos, não só os deficientes mas também aqueles menos favorecidos pela sociedade neoliberal.

Vygotsky (1997), em seus estudos pioneiros, já alertava que isolar esses estudantes era um erro grave. Vygotsky nos ensinou algo fundamental: as crianças aprendem quando interagem com os outros. É na troca com colegas e professores que o conhecimento se constrói. Mas a triste realidade que encontramos nas escolas mostra justamente o contrário muitos alunos com deficiência intelectual severa estão na sala de aula, mas parece que não fazem parte dela já que apresentam dificuldade de aprender o conteúdo historicamente desenvolvido produzido pela ciência, pelas artes e pela filosofia.

Essa é a situação de muitos estudantes com ou sem deficiência em nossas escolas presentes no corpo, mas ausentes no aprendizado.

A formação continuada de professores aparece como urgência, mas não se trata apenas de capacitação técnica, mas de uma mudança de mentalidade.

Venho tentar demonstrar nessa pesquisa que incluir vai muito além de matricular. É preciso transformar toda a cultura escolar, toda a política para assim tentar garantir que cada estudante independentemente de suas limitações possa ter oportunidades reais de desenvolvimento.

Palavras-chave: pessoa com deficiência; inclusão escolar; professor; família.